



VII - ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE
NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO



VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

O Governo Federal tem avançado na gestão orçamentária para fazer frente ao desafio imposto pelas demandas sociais crescentes, racionalizando o processo de alocação de recursos e zelando pelo equilíbrio das contas públicas com foco nos bens e serviços ofertados à sociedade. Nesse sentido, o Programa de Eficiência do Gasto (PEG), que busca eliminar o desperdício e dinamizar a gestão, vem contribuindo para esse objetivo. Reconhecendo que diversas experiências bem-sucedidas já estão sendo implementadas por diversos órgãos e gestores públicos, o PEG pretende realizar um levantamento das boas práticas voltadas para a eficiência do gasto público na administração pública federal e disponibilizá-lo em um sistema aberto – o Sistema de Acompanhamento do Programa de Eficiência do Gasto (Sispeg) –, disponível aos interessados, no qual constarão a descrição detalhada de cada prática e as vantagens, em termos de eficiência, que elas trazem aos órgãos ou entidades que as utilizam.

Os avanços em prol da eficiência na aplicação dos recursos públicos são percebidos também no âmbito tecnológico. Os principais sistemas de compras governamentais e gestão de convênios têm sido continuamente aprimorados, em especial o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), o Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Destaca-se a implantação do novo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf), desenvolvido em plataforma *web*, proporcionando vários benefícios, como celeridade e facilidades aos operadores do sistema na gestão das informações dos fornecedores de bens e serviços para o Governo Federal. Além disso, estão em andamento as ações de ampliação do programa de contratações sustentáveis, de revisão das normas e funcionalidades do Sistema de Registro de Preços (SRP), e da legislação e dos regulamentos da licitação da modalidade pregão.

A execução de ações para modernização da logística governamental terá sequência em 2012, com uma série de projetos, dentre os quais: i) implantação de modelo de compras compartilhadas; ii) adequação da legislação sobre sustentabilidade, eficiência energética e resíduos eletroeletrônicos; iii) revisão dos modelos de terceirização de serviços e de aquisição de passagens aéreas; iv) proposição de novo modelo para o Sistema de Serviços Gerais (SISG); v) implantação de modelo de gestão de frota de veículos oficiais e de contratação e gestão de obras públicas, e vi) implantação de nova metodologia de valor de referência para as contratações públicas.

Com o objetivo de reduzir os custos na aquisição de equipamentos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e melhorar o planejamento das necessidades dos órgãos federais, teve início o processo de contratações conjuntas. O processo licitatório de contratação das empresas para a prestação dos serviços de telefonia móvel e fixa contou com a participação de 29 órgãos e gerou uma economia ao Governo superior a R\$ 33 milhões/ano, uma vez que os valores de referência da contratação foram tomados com base na média das tarifas praticadas em contratos vigentes nos respectivos órgãos. Para o ano de 2012, estão previstos novos processos de contratações conjuntas, como a aquisição de *notebooks* e *desktops* para mais de 18 órgãos e também contratações conjuntas de ativos de rede.

O Governo também tem buscado novas formas de financiamento e parcerias com o setor privado visando ao aumento do investimento público, com destaque para o fortalecimento técnico-institucional, por meio do treinamento de facilitadores em projetos de Parcerias Público-Privadas (PPP); a disseminação dos conceitos; e a estruturação de novos projetos. Em 2011, foram realizados cursos para os Estados da Paraíba, de Santa Catarina e de Alagoas, com participação de 170 servidores, e, ainda, Curso de Avaliação de Negócios em Infraestrutura, em cooperação com o Fundo Multilateral





de Investimentos (Fomin), com participação de 80 servidores federais e estaduais de diversos órgãos do Poder Executivo e de tribunais de contas envolvidos na análise financeira de projetos de infraestrutura candidatos à modelagem de PPP.

Em 2012, será publicado um guia de melhores práticas de licitação para PPP e concessões. Também está prevista modelagem PPP para os seguintes projetos: i) Construção e Manutenção do Novo Colégio Militar de Manaus (educação); ii) Logística de Abastecimento de Veículos Militares (defesa); iii) Fabricação do Novo Fuzil (defesa); iv) Reforma e Atualização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (defesa); v) Reforma e Ampliação do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (educação e esportes); e vi) Gestão dos Parques Nacionais de Jericoacoara e de Ubajara, no Ceará, e de Sete Cidades e da Serra das Confusões, no Piauí (meio ambiente).

No que se refere à captação de recursos externos para financiamento de projetos do setor público, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) recomendou a preparação de 70 novas operações de financiamento externo em 2011, no total de US\$ 17,6 bilhões. Com isso, o Governo deu continuidade ao fortalecimento da capacidade de investimento dos Estados e Municípios, ampliando a participação dos entes subnacionais no total de recursos externos direcionados ao setor público. Das 27 operações contratadas, no valor total de US\$ 2,9 bilhões, os Estados ficaram com 49,9% dos recursos, distribuídos em dez operações; a União com 43,8%, em onze operações; e os Municípios com 6,2%, em seis operações.

O Governo brasileiro participou ativamente de negociações para aumentar o capital e criar novos instrumentos de crédito nos organismos financeiros internacionais. Ao mesmo tempo, buscou incentivá-las a adotar uma agenda de cooperação Sul-Sul, gerando oportunidades de maior inserção do Brasil nos continentes latino-americano e africano. Nesse contexto, o Brasil participou da nona recomposição do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), da terceira recapitalização da Corporação Andina de Fomento (CAF), e assinou acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a concessão de cooperação técnica aos países membros nas áreas de agricultura e agronegócio, desenvolvimento do setor privado, energia limpa e meio ambiente, governança pública, saúde e desenvolvimento social.

a) Arrecadação Tributária Federal

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R\$ 938,9 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2011. O desempenho da arrecadação, comparado com o mesmo período de 2010, apresentou uma variação real acumulada, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de cerca de 10%. Esse resultado foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) crescimento de 7,65% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2010 a novembro de 2011, em relação ao período de dezembro de 2009 a novembro de 2010; ii) consolidação/antecipação de parcelas, em especial no período de junho a agosto, de débitos parcelados em conformidade com a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; iii) crescimento de 25,45% no valor em dólar das importações; iv) recolhimento extraordinário de R\$ 5,8 bilhões, na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial; e v) aumento nominal de 15,60% na massa salarial quando considerado o período de dezembro de 2010 a novembro de 2011, em relação ao comparativo de dezembro de 2009 a novembro de 2010, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE).

Em relação às medidas de desoneração tributárias estabelecidas no ano de 2011, convém destacar: i) desoneração da folha de pagamentos para setores específicos; ii) redução da alíquota específica da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre gasolina e diesel; iii) prorrogação da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre Bens de Capital, Caminhões, Veículos Comerciais Leves e Materiais de Construção; iv) desoneração temporária do IPI para refrigeradores, fogões de cozinha e máquinas de lavar; v) correção da tabela do Imposto de Renda Pessoas Físicas;





vi) aumento dos limites para o enquadramento nos regimes de tributação simplificados – Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI); e vii) ampliação do limite de enquadramento no Programa Minha Casa, Minha Vida (imóvel de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil).

b) Resultado Fiscal

Durante o ano de 2011, a política fiscal do Governo Federal foi conduzida em um ambiente de crescimento econômico guiado, principalmente, pelo mercado doméstico. No que se refere ao mercado externo, o ano foi marcado pelo aumento das incertezas em relação à economia global, com destaque para países da Zona do Euro. Os indicadores de atividade econômica apontam para um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 da ordem de 3%, enquanto a inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano em 6,5%.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2011) estabeleceu meta de superávit primário para o setor público consolidado de R\$ 117,9 bilhões. Em setembro de 2011, esse mesmo parâmetro foi majorado em R\$ 10 bilhões, sendo a meta para o Governo Central estabelecida em R\$ 91,8 bilhões, totalizando R\$ 127,9 bilhões para o setor público não financeiro.

Até novembro de 2011, o resultado primário do Governo Central – Tesouro Nacional, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Banco Central do Brasil (BCB), na ótica “acima da linha”, atingiu R\$ 91,1 bilhões, o equivalente a 2,41% do PIB.

Dados do BCB informam que a dívida líquida do setor público, até novembro, era de R\$ 1,508 trilhão, equivalendo a 36,6% do Produto Interno Bruto, com trajetória declinante em relação ao PIB. Em dezembro de 2010, este indicador somava R\$ 1,476 trilhão, o equivalente a 40,2% do PIB. Para 2012, o Ministério da Fazenda (MF) prevê a relação dívida líquida/PIB inferior a 36%.

Em 2011, iniciou-se a divulgação de informações relativas à administração financeira e contábil da União, conforme metodologia harmonizada do Manual de Estatísticas Fiscais do Mercosul 2010 (MEF 2010), objetivando maior transparência e comparabilidade de indicadores fiscais entre os países integrantes do Bloco.

Adicionalmente, o Brasil reportou, pela primeira vez, para o *Government Finance Statistics Yearbook* (GFSY) – publicação do Fundo Monetário Internacional de dados de estatísticas de finanças públicas pelo critério de apuração “acima da linha”, no padrão do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001, dados com a abrangência de Governo Geral (Governo Federal, Estados e Municípios), aumentando a oferta de dados alinhados aos padrões internacionais e possibilitando maior detalhamento analítico às informações de finanças públicas

c) Administração da Dívida Pública

O gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF) tem como objetivo suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo de financiamento em longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

Em linha com esse objetivo e com as diretrizes que permitiram o seu alcance, em 2011, todas as metas traçadas para os indicadores da DPF no Plano Anual de Financiamento foram alcançadas. Em especial, destaca-se a elevação da participação das dívidas prefixadas e remuneradas por índices de preços que, em conjunto, já respondem por mais de 65% da composição da DPF em poder do público, reforçando a gradual e contínua melhora do perfil da dívida pública. A estrutura de vencimentos da dívida também apresentou avanços, uma vez que o seu prazo médio chegou a 3,6 anos, maior valor para o fechamento de um ano desde 2002.





Quanto às perspectivas para 2012, o Tesouro Nacional manterá a diretriz de substituir gradualmente os títulos indexados a taxas flutuantes por instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços, bem como avançará no alongamento do prazo médio da DPF e na manutenção dos vencimentos de curto prazo em níveis prudentes. Paralelamente, será dada continuidade ao processo de interlocução com os diversos segmentos representativos do mercado financeiro, dentre outras iniciativas, com vistas a ampliar a base de investidores, conservar a transparência de suas atuações e assegurar a mais adequada oferta de títulos públicos.

d) Fortalecimento do Investimento Público

Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social tiveram trajetória ascendente desde o seu lançamento em 2007 e alcançaram 0,68% do PIB em 2011. No período janeiro a dezembro de 2011, as despesas do PAC atingiram R\$ 28 bilhões, o que representou um crescimento de 27% em relação ao realizado em 2010. Destacam-se os pagamentos de R\$ 7,7 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e de R\$ 13,0 bilhões do Ministério dos Transportes em 2011. O crescimento da execução do PAC contribuiu para a manutenção, em 2011, da taxa de investimento total do Governo, que inclui as estatais, em patamar superior a 3% do PIB de 2009 a 2011, valores acumulados em 12 meses, até outubro.

Tais números evidenciam que o investimento público brasileiro ascendeu a novo patamar, especialmente após o lançamento do PAC. O papel indutor do Estado imprimiu nova dinâmica aos investimentos no Brasil, em especial na área de infraestrutura. Nesse contexto, é fundamental o papel da Petrobras, com um robusto plano de investimentos programado até 2014, em decorrência da exploração do Pré-Sal. Além disso, os bancos públicos, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), continuam a apoiar, de forma indireta, os investimentos do País com seus financiamentos, contribuindo para que a retomada do crescimento ocorra com o alargamento da capacidade produtiva da economia para o futuro e permitindo, também, a construção da infraestrutura necessária para os grandes eventos esportivos previstos para ocorrer no País em 2014 e 2016.

Para os investimentos voltados ao setor energético, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou o montante de recursos autorizados para a contratação de novas operações de crédito destinadas ao Programa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Além disso, foram ampliados os limites para a contratação de operações de crédito com vistas à execução de ações de saneamento ambiental e projetos de pavimentação selecionados no âmbito do PAC Transportes.

As perspectivas apontam para o reforço da gestão e dos investimentos do PAC, com o intuito de manter a estratégia de indução do investimento público e privado, de manutenção da taxa de crescimento do PIB e de geração de emprego. Em 2012, será dada continuidade à política de priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura. Para execução do PAC, estão previstos R\$ 42,5 bilhões nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Também há expectativa de aceleração na execução de investimentos relacionados à realização da Copa das Confederações em 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

e) Apoio aos Estados e Municípios

Em 2011, reflexo das políticas econômicas colocadas em prática, as arrecadações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda (IR) cresceram significativamente. Como consequência, houve uma elevação de 23,26% nos repasses via Fundo de Participação dos Municípios (FPM), atingindo R\$ 65,7 bilhões; de 23,18% no Fundo de Participação dos Estados (FPE), atingindo R\$ 60,1 bilhões; e de 19,66% no IPI-Exportação, que chegou a R\$ 4,4 bilhões. A estimativa dos mesmos repasses para 2012 apontam para um aumento nominal em torno de 13% em relação a 2011.





No que se refere à Lei Kandir, foram repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para Compensação da Isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para Estados exportadores, o valor de R\$ 1,95 bilhão, estando esse valor mantido para 2012, de acordo com a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Quanto ao fomento às exportações no País – auxílio financeiro que visa atender ao pleito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), de alterar os índices de repartição dos recursos destinados à compensação dos Estados Exportadores previstos na Lei Kandir –, cabe ressaltar que, por meio da Medida Provisória nº 546, de 29 de setembro de 2011, foram estabelecidos critérios, prazos e condições para a distribuição dos valores autorizados. Com base nesses critérios, foram distribuídas três parcelas de R\$ 650 milhões, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011.

Outras medidas importantes de apoio foram: i) estabelecer condições para contratação de financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União, destinados a capital de giro e investimento, de empresas e microempreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que decretaram situação de emergência ou calamidade pública, dentro do limite de R\$ 400 milhões; ii) autorizar a contratação de novas operações de crédito, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias (Provias), para os Municípios que declararam estado de calamidade pública ou situação de emergência, de acordo com Decretos Estaduais do Rio de Janeiro; iii) estabelecer condições para contratação de financiamento passíveis de subvenção econômica pela União, destinadas a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios de Estados da Federação atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em ato do Poder Executivo Federal, dentro do limite de R\$ 1,5 bilhão; iv) alteração do prazo de contratação de financiamento, no âmbito da linha de crédito emergencial, para realização de despesas de capital pelos Estados e Distrito Federal; v) ampliação do prazo para contratação das operações de crédito que forem incluídas nos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados (PAF) para até 31 de dezembro de 2011; vi) autorização concedida pelo Governo Federal para que 17 Estados ampliem seus limites de crédito fiscal (em R\$ 37 bilhões); e vii) previsão, no âmbito do PAC 2, de R\$ 5 bilhões para obras de saneamento básico para Municípios com até 50 mil habitantes, sendo R\$ 4 bilhões no âmbito do Orçamento Geral da União (OGU), por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e R\$ 1 bilhão em financiamento, no período 2011-2014.

No que se refere ao fortalecimento da gestão administrativa e fiscal dos Municípios brasileiros, merece destaque o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), o qual tem por objetivos: i) criar condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento do gasto público, por intermédio de receitas próprias, e melhorar o desempenho de suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte; ii) estruturar a gestão administrativa e fiscal dos Municípios, sobretudo naqueles com dependência de transferências de recursos, de modo a aprimorar a execução de políticas oriundas do Orçamento da União; iii) contribuir para reduzir as disparidades técnicas e operacionais existentes entre as várias administrações fiscais municipais e para a integração dos diferentes sistemas fiscais; e iv) favorecer a transparência da gestão pública e o controle social. No âmbito da 2ª Fase do PNAFM, até dezembro de 2011, foi comprometido junto aos Municípios participantes do Programa o valor de US\$ 131,3 milhões de um montante de US\$ 135,0 milhões. Assim, para o exercício de 2012, o Ministério da Fazenda além de aplicar o saldo existente, iniciará gestões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), objetivando a construção de nova Operação de Crédito que permita a continuidade das ações de fortalecimento da gestão municipal.





f) Dívida Ativa da União

Conforme dados acumulados até o mês de novembro de 2011, o estoque da Dívida Ativa da União (DAU), administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), atingiu o valor aproximado de R\$ 967 bilhões, com crescimento de 10,26% em relação a 2010. A arrecadação da DAU, no mesmo período, ficou em torno de R\$ 10,5 bilhões, registrando o crescimento expressivo de 94,60% em relação ao ano anterior. A consolidação das modalidades de parcelamento previstas na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, teve um peso decisivo para o alcance desse patamar, na medida em que se arrecadou nesse ano o valor de R\$ 7,64 bilhões, ante uma arrecadação que, no bojo desse parcelamento no ano de 2010, chegou ao montante de R\$ 2,34 bilhões. O encerramento da possibilidade de parcelamento das inscrições de crédito rural evidenciou um saldo bastante favorável na cobrança amigável desse crédito com histórico de baixa recuperabilidade, tendo sido formalizados 15.940 acordos ao longo dos últimos três anos, com uma arrecadação acumulada parcial de R\$ 356 milhões. Nas conversões de depósitos judiciais em renda da União, alcançou-se a arrecadação acumulada de aproximadamente R\$ 10,14 bilhões. Em outro norte, a PGFN avançou significativamente na melhoria do atendimento ao cidadão, com a implantação de polos de atendimento conjunto com a Receita Federal do Brasil, em todos os Municípios sede de suas unidades.

g) Programa Nacional de Educação Fiscal

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) tem por objetivo mobilizar e formar a consciência fiscal e social, propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado. Em 2011, na modalidade de educação a distância, foram formados 16.651 disseminadores de educação fiscal nos Estados, que atuarão como difusores do Programa junto a repartições públicas, escolas, universidades, conselhos de políticas públicas e comunidades, totalizando 87.774 disseminadores formados desde sua implantação em 2004. Atualmente o Programa alcança todos os Estados da Federação e está presente em 279 Municípios.

Tendo como referência conceitual a necessidade de ampliação do foco na temática da melhoria da qualidade do gasto público, os desafios para 2012 são: i) aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação das ações do PNEF; ii) ampliar a formação de conselheiros e lideranças comunitárias; e iii) fortalecer e ampliar a participação dos Municípios.

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

Construir condições para que a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) adicione valor às ações de Governo é a diretriz central pela qual as ações têm sido empreendidas no sentido de contribuir na promoção da cidadania digital, por meio de ações de inclusão digital e da oferta de serviços eletrônicos, possibilitando o atendimento rápido e conclusivo aos cidadãos. Essa concepção ganhou reforço institucional com a publicação do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que amplia a atuação do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp). O Sisp alcançou a totalidade dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, esta última compreendida pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, as quais puderam aderir aos princípios norteadores dos oito eixos temáticos do Sistema, quais sejam: i) governança de TI; ii) contratação de TI; iii) *Software* Público Brasileiro; iv) Padronização Tecnológica; v) Governo Eletrônico; vi) Serviços de Rede; vii) Segurança da Informação; e viii) Interoperabilidade.

Com o objetivo de aumentar a transparência da ação governamental e a participação do cidadão nas políticas públicas, foram definidas diretrizes para padronizar e promover a disseminação de dados e informações públicas à sociedade. Essas diretrizes, alinhadas com outras experiências internacionais de dados abertos, preveem a possibilidade de reutilização dos dados em aplicativos desenvolvidos pela sociedade.





Foi também estruturada uma agenda para consolidar a política de Dados Abertos, alinhada com a coliderança que o Governo brasileiro exerce junto à iniciativa da *Open Government Partnership* (OGP) e com as boas práticas de dados abertos preconizadas pelas organizações internacionais e pelos países que são referência no tema. Nesse sentido, o Brasil desenvolve o seu portal de dados abertos, cuja proposta é compartilhar dados brutos e abertos, e a Instrução Normativa que institui a Infraestrutura Nacional e Dados Abertos (Inda).

O portal Governo Eletrônico continua sendo o ambiente oficial de informações sobre o Programa de Governo Eletrônico (www.governoeletronico.gov.br), contendo, também, assuntos relacionados ao Sisp. Ressalta-se a importância do Sistema de Consultas Públicas do portal, que permite a construção de documentos e normativos com a participação da sociedade. Cabe citar a utilização desse instrumento por outras instituições além do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e prefeituras, corroborando a capacidade da ferramenta em incentivar a participação popular nas mais diversas ações de Governo.

O Guia de Serviços Públicos Federais está em desenvolvimento, com lançamento previsto para março de 2012, e tem por objetivo integrar duas importantes iniciativas do Governo: a universalização do acesso aos serviços governamentais, de forma a atender às diretrizes do Programa de Governo Eletrônico, e o Decreto Cidadão (Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009), um marco legal para a desburocratização e simplificação do atendimento ao cidadão. Este novo ambiente proverá de forma ágil e eficiente o acesso às informações sobre os serviços prestados pelo Governo ao cidadão, caracterizando-se por um canal eletrônico descentralizado, acessível, usual e integrado. O Guia de Serviços também será utilizado como mecanismo de suporte, com vistas a democratizar e universalizar o acesso aos serviços públicos.

No âmbito da cooperação envolvendo o Governo Eletrônico, foi desenvolvido ambiente *Web* de colaboração com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para compartilhamento de experiências e formas de atuação conjunta.

A nova versão do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (*e-Mag 3.0*), após consulta pública, foi oficialmente apresentada no dia 21 de setembro – Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência – sendo um importante passo para o Governo tratar a questão da acessibilidade na *Web*. O trabalho contou com a participação da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (Renapi), do Ministério da Educação. Além do novo modelo, a parceria gerou outros instrumentos como *checklists* de validação por deficientes visuais e desenvolvedores; avaliou 200 sítios de órgãos federais delineando um retrato da situação da acessibilidade digital no Governo; adequou os cursos a distância já existentes para a nova versão do modelo e realizou um estudo comparativo de leitores de tela, comprovando que as soluções em *software* livre estão em igualdade com as soluções proprietárias. Cabe salientar que todos os produtos gerados nessa parceria encontram-se publicados no portal do Programa de Governo Eletrônico para uso dos órgãos governamentais e por toda a sociedade.

No início de 2011, foi lançada a Instrução Normativa do Software Público Brasileiro, que institucionalizou o modelo de compartilhamento de software do Governo Federal e sua rede de parceiros. Com o referido normativo, o ambiente virtual (www.softwarepublico.gov.br) tornou-se referência para acompanhamento, controle e difusão do software livre na sociedade. O número de soluções disponíveis foi ampliado de 40 para 56 e mais de 140 mil cadastros de usuários estão válidos, contribuindo para racionalizar a contratação de *software* pela administração pública e fomentando práticas de compartilhamento de soluções entre os entes públicos, sendo que 63 municípios já publicaram casos de sucesso de informatização com *software* público.

No que se refere à Arquitetura de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), aprofundou-se a estratégia de sua disseminação entre os órgãos integrantes do Sisp, por meio da ação de dados abertos, e da adoção de metodologias e ferramentas mais modernas para possibilitar a integração dos sistemas de informação do Governo.





A Infovia Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer, aos órgãos do Governo Federal situados na região metropolitana de Brasília, um conjunto de serviços e funcionalidades em ambiente seguro e de alto desempenho, consistindo em uma rede que apresenta pouca possibilidade de ocorrência de falhas, proporcionando significativa redução dos custos de comunicação e um ambiente capaz de servir de suporte à implementação das políticas públicas de Governo. Em 2011, a rede Infovia Brasília foi ampliada com a adesão de mais 15 órgãos, representando o total de 63,9% dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) conectados em Brasília. Nesse mesmo ano, mais quatro órgãos foram agregados à solução de telefonia da rede Infovia Brasília, totalizando 26 órgãos beneficiados.

Como ação direta em Segurança da Informação e Comunicações (SIC) na administração pública federal, foram emitidos 6.023 certificados digitais para acesso a sistemas estruturadores das atividades administrativas do Governo que gerenciam considerável parcela dos gastos públicos, como o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), o Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e o Sistema Integrado de Administração Patrimonial da União (Siapa/SPU). Para 2012, está prevista a emissão de mais 20 mil certificados digitais, contribuindo para a manutenção da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados sob custódia do Governo.

3. Transparência na Administração e Controle Social

No âmbito da transparência pública, a medida de maior importância no ano de 2011 foi a aprovação e sanção da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações e dispõe sobre os procedimentos a serem observados para garantia dos seguintes direitos constitucionais: i) de as pessoas receberem informações dos órgãos públicos; ii) de acesso dos usuários a registros administrativos e informações sobre atos do Governo; e iii) da franquia pela administração pública da consulta à documentação governamental a quantos dela necessitarem.

A referida Lei alcança todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, além das entidades controladas pela União e demais entes federados e as entidades sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público.

Para 2012, estão previstas a regulamentação da Lei e a organização institucional e capacitação de servidores para seu cumprimento, o que demandará um grande esforço de adequação tecnológica, de procedimentos e métodos de trabalho, dado comando de 180 dias entre a data da sanção da Lei e o início da sua vigência.

Ainda no sentido de estimular o exercício da cidadania, foi elaborado e disseminado o Orçamento ao Alcance de Todos. A publicação apresenta uma linguagem mais acessível ao cidadão e propicia maior compreensão sobre os dados orçamentários a todos os setores da sociedade. Em 2012, serão impressos 14 mil exemplares.

Além disso, o Governo Federal vem desenvolvendo trabalho educativo nos Estados de Alagoas, de Santa Catarina, de Pernambuco, do Amazonas e de Goiás, com a cartilha de orçamento público *Sofinha e Sua Turma* (<https://www.portalfp.planejamento.gov.br/sofinha>), cujo formato de história em quadrinhos estimula o conhecimento sobre o ciclo orçamentário e o controle social dos recursos públicos. Em 2011, foram distribuídos cerca de 30 mil exemplares da cartilha e, em 2012, a tiragem será de 150 mil exemplares, nas versões em Português, Espanhol, Inglês e Alemão, a ser distribuída nas escolas públicas e instituições que tenham interesse em trabalhar o tema orçamento público e para aquelas que trabalham a educação fiscal.





Também a Escola Virtual SOF (<https://ead.orcamentofederal.gov.br/>) tem proporcionado, desde sua criação em 2008, transferência de conhecimento por meio da Internet, estimulando a reflexão e o aperfeiçoamento de temas orçamentários nas esferas federal, estadual e municipal. Em 2011, foi registrada a formação de 1.676 alunos nos cursos oferecidos pela Escola Virtual da SOF, sendo 564 alunos para o curso de Orçamento Público; 814 para o curso de Orçamento Básico e 298 para o curso de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para 2012 estão previstas 28 turmas englobando os cursos: Básico de Orçamento Público, Orçamento Público, LDO, Receita Pública Intermediário e Avançado, Federalismo Fiscal, com uma previsão de 2 mil alunos formados.

O Brasil, os Estados Unidos da América (EUA) e mais seis nações lançaram, no ano de 2011, a Parceria para Governo Aberto, *Open Government Partnership* (OGP), uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social. O Comitê Diretor Internacional da iniciativa conta, no biênio de 2011-2012, com a copresidência do Brasil (Controladoria-Geral da União) e dos EUA (Departamento de Estado), sendo composto por representantes dos Governos do México, África do Sul, Filipinas, Reino Unido, Indonésia e Noruega, além de organizações da sociedade civil do mundo todo, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), *International Budget Partnership*, *Africa Center for Open Governance* e *Revenue Watch Institute*, entre outros. Os países integrantes da parceria apresentaram os Planos de Ação nacionais, comprometendo-se a adotar medidas concretas para o aumento da integridade pública, a gestão mais efetiva dos recursos e dos serviços públicos, a criação de comunidades mais seguras, e o aumento da integridade no setor privado. Por meio do Decreto de 15 de setembro de 2011, foi instituído o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto – destinado a promover ações e medidas que visem ao incremento da transparência e do acesso à informação pública; à melhoria na prestação de serviços públicos; e ao fortalecimento da integridade pública – e criado o seu Comitê Interministerial, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e composto, ainda, pela Controladoria-Geral da União, Secretaria-Geral da Presidência da República e outras 15 pastas ministeriais.

Em 2011, o Portal da Transparência, considerado uma das principais ferramentas de transparência pública do mundo, revelou recursos no montante de R\$ 9,17 trilhões, com informações atualizadas diariamente, permitindo completa visibilidade das despesas realizadas pelo Governo Federal. Além disso, registrou mais de 42 mil cadastros de cidadãos para receberem informações sobre repasses de convênios federais. Foram diversas as inovações processadas em 2011, entre elas, destacam-se: i) inserção de novas descrições de situações de convênios cadastrados no Siconv na consulta “Convênios”; ii) inclusão de dados abertos da ação Seguro Defeso; iii) disponibilização dos dados do Portal da Copa do Mundo FIFA 2014 em formato aberto; e iv) disponibilização de consultas específicas sobre informações como as dos Cartões de Pagamento da Defesa Civil.

Destaca-se que, por meio do Decreto nº 7.641, de 13 de janeiro de 2012, as transferências de recursos federais feitas pela União para entidades privadas sem fins lucrativos devem estar obrigatoriamente cadastradas no Siconv, a partir de 16 de janeiro.

4. Produção e Disseminação de Dados

As informações de natureza estatística e os mapeamentos e análises geográficas são imprescindíveis para conhecer, diagnosticar e monitorar a dinâmica territorial, demográfica, econômica e social do País. Por isso, o Governo vem intensificando investimentos na produção e disseminação dessas informações.

A divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2010, iniciada em novembro do mesmo ano, teve continuidade em 2011, subsidiando a definição e implantação de vários programas do Governo, com destaque para o Plano Brasil Sem Miséria (BSM).





Os resultados do Censo foram fundamentais para quantificar o público-alvo do Plano, demonstrando que 16,2 milhões de brasileiros vivem em domicílios cuja renda familiar é de até R\$ 70,00 por pessoa, e para o detalhamento dessa informação em cada Município do País. Cabe ainda mencionar a disponibilização dos dados sobre pessoas portadoras de deficiência, fundamentais para o desenvolvimento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

O início da implantação, em 2011, do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), a partir da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad – Contínua), foi um marco no aprimoramento do sistema de pesquisas domiciliares do País diante das demandas por informações sobre as condições socioeconômicas da população brasileira.

Na área da produção de estatísticas da agropecuária, cabe destacar o planejamento do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA), que irá aprimorar e disponibilizar novas informações, incluindo as condições de vida e pobreza nas áreas rurais. O SNPA está em sintonia com as diretrizes da Estratégia Global para Aprimoramento das Estatísticas Agropecuárias (*Global Strategy to Improve Agricultural Statistics*), de forma a incorporar metodologias e recursos técnicos avançados e economicamente eficazes para melhorar as estatísticas agropecuárias.

No âmbito das geociências, foi lançado o Atlas de Saneamento 2011 que faz uma leitura territorial dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, estabelecendo uma visão articulada das diferenças regionais existentes entre a distribuição, abrangência e qualidade dos serviços de saneamento nos Municípios.

Ressalta-se também: i) a divulgação da Malha Municipal Digital de Setores Censitários do Censo 2010 e os dados agregados por setor censitário da Sinopse Preliminar do Censo, os quais permitem visualizar resultados do Censo 2010 em um mapa digital; ii) as publicações Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal, que reúnem informações sobre os recursos naturais da região; iii) a disponibilização dos Mapas Municipais Estatísticos dos 5.565 Municípios; iv) o Cadastro de Localidades Seleccionadas dos Municípios Brasileiros – 2010; e v) dez novos mapas físicos da Série Estadual: Acre, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rondônia, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins e o mapa político do Distrito Federal.

Destacaram-se, ainda, o recebimento pelo Governo do Prêmio de Excelência Geoespacial pelo projeto Base Territorial 2010 – Evolução e Potencial, considerado a melhor aplicação geoespacial para demografia da América Latina em 2011, e os acordos de cooperação técnica firmados entre o Governo brasileiro e os institutos de estatística de países como Cabo Verde, Paraguai, Colômbia e Senegal, para compartilhamento de conhecimento e tecnologia.

5. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal

A política de gestão de pessoas é norteada pelo princípio da democratização das relações de trabalho e tem por prioridade a valorização dos servidores públicos federais, o fortalecimento das carreiras do Poder Executivo Federal e a modernização dos sistemas e processos de trabalho. Com essas ações, vem sendo aprimorada a capacidade de gestão do Estado, combinada com transparência e melhoria da qualidade dos serviços prestados, restaurando a confiança da sociedade no serviço público.

Em 2011 o Sistema Nacional de Negociação Permanente teve continuidade tendo em vista a importância da negociação das condições de trabalho para a democratização das relações de trabalho. Nesse sentido, oito termos de acordo foram firmados com o objetivo de realizar reestruturações pontuais, abrangendo 670 mil servidores públicos federais, com impacto financeiro de R\$ 1,6 bilhão. Como resultado da negociação entre o Governo e as entidades sindicais de caráter nacional representativas dos servidores públicos federais, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto





de Lei nº 2.203/2011, que dispõe sobre a reestruturação de cargos, planos de cargos e carreiras e suas estruturas remuneratórias no âmbito da administração pública federal.

Diante dos resultados obtidos com o diálogo, foi pactuada na Mesa de Negociação uma proposta para regulamentação da negociação das condições de trabalho no serviço público, que trata também do exercício do direito de greve e aprimora as regras para o exercício do mandato sindical, perfazendo o tripé de instrumentos para o tratamento dos conflitos nas relações de trabalho: negociação das condições de trabalho, direito de greve e liberdade sindical.

Dentro da mesma perspectiva de valorização do servidor, destacaram-se iniciativas como a obrigatoriedade da oferta de exames médicos periódicos, a instituição de diretrizes e ações em saúde mental e a elaboração de normas para a criação de comissões internas de saúde do servidor nos órgãos da administração pública federal direta e indireta.

Foram inauguradas 60 unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Sias) com Acordos de Cooperação Técnica firmados para atender servidores de diferentes órgãos. Além disso, está em plena fase de implantação o sistema informatizado Siape-Saúde que contém dados das perícias dos servidores. De dezembro de 2009 a dezembro de 2011, o sistema informatizado já abrangeu 96 serviços de saúde, distribuídos nas unidades federadas, alcançando 61,34% dos servidores do Executivo Federal. Foram concluídas, até dezembro de 2011, 105.343 perícias no sistema informatizado. Complementa o sistema de informações de saúde do servidor o módulo de exames médicos periódicos e o de promoção à saúde.

Merece ainda destaque o fato de que os sistemas de perícia e de exames médicos periódicos estão disponibilizados no portal de *softwares* públicos para os Governos Estaduais e Municipais.

Alinhado ao avanço tecnológico, o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe.gov), que substituirá o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), teve sua marca registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e, em sua primeira fase, envolve três processos: i) projeto-piloto de Assentamento Funcional Digital (AFD); ii) desenvolvimento dos artefatos iniciais à integração Siape e Sigepe.gov; e iii) desenvolvimento do Sigepe.gov de acordo com as etapas contempladas no Plano Plurianual (PPA 2012-2015).

Para 2012, o Assentamento Funcional Digital (AFD) será parte de um banco referencial de dados e imagens das pastas funcionais, com indexadores para localização dos documentos por meio de sistema *on-line*, que permitirá a redução do volume de papéis armazenados e tramitados.

O Projeto Melhoria da Qualidade de Gastos da Folha de Pagamento no âmbito do Siape, instituído em 2011, auxiliará no saneamento das bases de dados e será parte dos subsídios para os primeiros passos da integração Siape e Sigepe.gov. O Projeto, em curso desde junho de 2011, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU), visa aperfeiçoar os mecanismos de transparência, de controle e de melhoria da qualidade do gasto público concernente às despesas de pessoal destacando-se: i) a eliminação de pagamentos indevidos e dados inconsistentes; ii) a viabilização do cumprimento da legislação de recursos humanos no sistema Siape; iii) a manutenção atualizada dos dados cadastrais de servidores aposentados e de beneficiários de pensão; e iv) o aperfeiçoamento do sistema Siape para a migração das bases de dados ao Sigepe.gov.

Em 2011, foram autorizados concursos para 6.716 cargos e o provimento de 13.417 cargos efetivos para recompor a força de trabalho. Dentre as vagas, destacam-se as destinadas à implementação das políticas prioritárias de Governo, tais como o





Projeto Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), possibilitando a abertura de novas universidades federais, unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e do Instituto Federal de Ensino Superior (IFES). Nesse quantitativo, também estão incluídos cargos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Ministério da Saúde e a Polícia Rodoviária Federal. O perfil majoritário foi de 98% de cargos de nível superior. Foi ainda autorizado o provimento de 1.125 cargos para substituir postos de trabalho terceirizados em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997.

O maior desafio que se apresenta é o de construir e implementar um processo sistemático de planejamento da força de trabalho na administração pública, tarefa de mais alta complexidade, mas necessária e urgente, direcionando a gestão de recursos humanos para a obtenção das competências que serão necessárias no futuro.

No contexto da profissionalização dos servidores públicos e do desenvolvimento de competências associadas ao exercício das funções, em 2011, foram capacitados 1.319 servidores nos programas de aperfeiçoamento para carreiras das áreas de gestão, planejamento e orçamento, finanças, controle e comércio exterior; 1.667 servidores de agências reguladoras e 24.385 em cursos a distância. Ainda foram realizados cursos de formação inicial para 95 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e 102 Analistas de Planejamento e Orçamento. No âmbito da carreira de EPPGG, foram criados, pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que reestrutura o Sistema de Defesa da Concorrência, 200 cargos para exercício na Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), observadas as diretrizes e os quantitativos estabelecidos pelo Órgão Supervisor da Carreira, a serem providos gradualmente

Em 2011, foram conferidos 52 títulos de especialistas a servidores públicos que concluíram os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública e Gestão de Pessoas. Outros 93 servidores estão matriculados em turmas em andamento e também na especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social. Diante do desafio de garantir a gestão adequada de investimentos públicos de grande vulto, foi realizada nova edição do Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos, que qualificou técnicos do Ministério dos Transportes.

De modo a fortalecer a gestão pública federal, foram realizadas oficinas de Planejamento Estratégico para 24 órgãos, abrangendo 2,9 mil servidores. Além disso, destacam-se as 110 oficinas de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) que envolveram 4.204 servidores.

Novos passos foram dados na capacitação integrada de servidores públicos brasileiros com os demais países latino-americanos, com vistas à intensificação da cooperação Sul-Sul. Foram realizados, para 70 servidores, cursos sobre Negociação e Resolução de Conflitos no Setor Público e Planejamento Estratégico no Contexto Ibero-americano, no âmbito da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP). Também foi iniciado o Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional, com a realização de dois cursos-piloto – Comunicação e Interculturalidade e Moderação – que passarão a ser ofertados regularmente em 2012. A reflexão sobre Proteção Social e Cidadania foi tema de Seminário Internacional que reuniu 100 participantes.

Em continuidade ao aperfeiçoamento técnico e gerencial da administração pública federal e como forma de apoiar as iniciativas de desenvolvimento dos dirigentes para a melhoria da gestão das políticas públicas, em 2012 estima-se a capacitação de 40 mil servidores. Na pós-graduação, está prevista a abertura de 90 vagas, com o lançamento de novas turmas dos cursos de Gestão Pública e de Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, a serem ministrados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).





6. Planejamento e Gestão

a) Elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015)

O recente ciclo de desenvolvimento brasileiro vem sendo impulsionado por políticas públicas inovadoras que combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Essas políticas tiveram um elemento comum: foram criadas a partir da recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir visando, sobretudo, à garantia dos direitos dos que mais precisam.

Nesse contexto, as escolhas e os arranjos construídos para retomar o desenvolvimento determinaram um aperfeiçoamento nos instrumentos de planejamento governamental, orientando-os para a efetiva implementação das políticas públicas e a ampliação das possibilidades de seu monitoramento e alcance de resultados. Com isso, a estrutura e a linguagem do Plano Plurianual foram alteradas para que o Plano expresse efetivamente as políticas públicas do Governo para os próximos quatro anos, proporcionando as referências metodológicas para a gestão de seu desenvolvimento e a melhoria de resultados.

O Projeto de Lei do PPA 2012-2015, submetido ao Congresso Nacional, é resultado de um processo que se iniciou a partir de proposta de sua organização em um conjunto de temas relacionadas à implementação das políticas públicas com a identificação dos respectivos desafios. Em seguida, as sugestões foram amplamente discutidas no Governo e com representantes da sociedade civil organizada, o que resultou na formatação de 65 Programas Temáticos, englobando toda a área de atuação governamental. Cerca de 4 mil dirigentes e técnicos participaram das oficinas de construção dos Programas Temáticos.

O Plano foi elaborado a partir da dimensão estratégica definida pelo Governo e organizado à luz dos cenários econômico, social, ambiental e regional. A partir daí, foram criados os Programas Temáticos, unidades que retratam no PPA a agenda de governo organizada a partir dos temas das políticas públicas que os compõem, dialogando, portanto, com formulações reconhecidas pelo Governo e pela sociedade.

Essa delimitação dos Programas Temáticos facilita a relação entre as dimensões estratégica, tática e operacional do Governo, conferindo nova abrangência da dimensão tática do Plano, aperfeiçoando a comunicação intragoverno e deste com a sociedade.

Outra inovação no PPA 2012-2015 é a inexistência do detalhamento das Ações, que agora constam apenas dos orçamentos anuais. A alteração visa garantir a distinção entre Plano e Orçamento, a fim de respeitar as diferenças estruturais entre eles, particularmente o período de tempo considerado; o enfoque insumo-produto; os níveis de agregação; e as relações com unidades organizacionais.

Com a finalidade de criar condições para que o PPA estabeleça relações mais adequadas com todos os insumos necessários à viabilização da implementação das políticas públicas, os Programas Temáticos estão organizados em Objetivos que, por sua vez, são detalhados em Metas e Iniciativas.

A participação social teve o seu momento mais marcante na realização do Fórum Interconselhos, que contou com a participação de 300 representantes indicados pelos 32 Conselhos Nacionais que atuam na formulação e avaliação de políticas públicas, além de representantes de entidades nacionais da sociedade civil. No Fórum, foi produzido um relatório com recomendações e sugestões para o aperfeiçoamento da proposta programática apresentada, contemplando indicativos para a construção do processo de gestão do novo PPA.

O Governo realizou cinco Diálogos Federativos, um por macrorregião do País, com o objetivo de estabelecer um canal de articulação e promover a discussão entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais sobre o novo modelo





de Plano. Os diálogos foram importantes para divulgar e discutir a proposta do PPA 2012-2015, os aspectos críticos e os impactos estratégicos para cada uma das regiões das principais agendas do Governo Federal.

O desafio para 2012 está na estruturação do modelo de gestão do novo Plano. A construção do modelo também será inspirada nas formas de acompanhamento adotado na implementação das políticas públicas que obtiveram êxito nos últimos anos, tais como o acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), constituindo a linha de base que norteará a gestão das prioridades de Governo, como os Planos Brasil Sem Miséria e Brasil Maior. A gestão do Plano será orientada pela flexibilidade, pela criatividade e pelo conhecimento sobre a forma de organização e aprimoramento do exercício de comunicação entre a coordenação de Governo, os órgãos executores, os entes federados e a sociedade.

b) Monitoramento e Gestão do PAC

Em 2011, teve início a segunda fase do PAC, identificada como PAC 2, que vai até 2014. Trata-se de um novo ciclo de planejamento e preparação de grandes investimentos em infraestrutura logística, energética, social e urbana. Ao mesmo tempo, milhares de empreendimentos se mantêm em andamento por todo o País.

Em relação ao ciclo anterior do PAC, é importante destacar que houve significativo incremento no valor dos investimentos, bem como a ampliação das ações previstas para o Programa, a exemplo das ações que integram os eixos Cidade Melhor e Comunidade Cidadã. Na primeira fase, a previsão de investimentos foi de R\$ 657 bilhões, entre 2007 e 2010, e agora esse patamar se elevou para R\$ 955 bilhões, entre 2011 e 2014, com crescimento nominal na ordem de 45%. A segunda fase do PAC incorpora e consolida as ações da primeira fase e a programação de execução dos novos projetos de infraestrutura fundamentais para o País.

As ações concluídas já somam, até setembro de 2011, 11,3% do total previsto até 2014. Isso significa que R\$ 80,2 bilhões foram executados entre janeiro e setembro de 2011. Nos próximos três anos, o total de obras concluídas somará R\$ 708 bilhões em investimentos, equivalentes a 74% do total previsto. Os 26% restantes serão investidos em empreendimentos que serão concluídos após 2014.

Dentre as obras concluídas em 2011, destacam-se Usina Hidrelétrica de Dardanelos (MT); a duplicação da BR-262, entre Betim e Nova Serrana (MG); a finalização da 1ª fase de aprofundamento do Porto do Rio de Janeiro (RJ); o início da operação da Plataforma P-56 (RJ); a conclusão do trecho IV do Eixão das Águas (CE); quatro módulos operacionais de passageiros nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos (SP), Vitória (ES) e Goiânia (GO); 248 quilômetros de linha de transmissão de Chapadão (MS) a Ilha Solteira (SP); o Emissário Submarino de Salvador; e a urbanização do Jardim São Francisco (SP).

No ano de 2011, o Governo realizou dois Balanços Públicos do PAC 2, em cada um deles foi elaborado e publicado um Relatório Nacional com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do programa e, para 2012, estão previstos três balanços.

c) Gestão do Patrimônio da União

O Governo deu continuidade ao preceito de que o imóvel público é recurso estratégico no apoio à implementação das políticas públicas, em especial, àquelas voltadas para a inclusão social. Assim, tiveram destaque as destinações de áreas da União para as ações prioritárias do PAC em apoio ao desenvolvimento local, principalmente para os empreendimentos de grande porte na área portuária, na indústria de exploração de petróleo e siderurgia.





Foram destinadas áreas da União para os empreendimentos hidrelétricos situados em rios federais, especialmente na Amazônia Legal, e autorizou-se a implantação dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, assim como foi concedida anuência à implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, vinculada à observância dos condicionantes socioambientais, sobretudo relativos ao atendimento das famílias atingidas.

Em apoio à política ambiental, foi destinado 1,7 milhão de hectares de áreas da União na Amazônia para a regularização fundiária de seis Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, Município de Gurupá, área de influência da UHE Belo Monte. Além disso, foram entregues 3 milhões de hectares de áreas da União, caracterizadas como florestas, espelhos d'água e manguezais, para a consolidação territorial de 29 Unidades de Conservação da Natureza de Uso Sustentável, especialmente as Reservas Extrativistas Federais (Resex), na Amazônia brasileira, onde 2,7 milhões hectares foram destinados para a regularização de 19 reservas, em benefício de milhares de famílias extrativistas.

No combate às desigualdades regionais e de forma a garantir os direitos fundamentais da população ribeirinha que vive nas áreas da União, em 2011 foram tituladas 32 mil famílias, com emissão dos Termos de Autorização de Uso Sustentável (Taus) em várias iniciativas: i) no Pará e Amazonas, com o Projeto Nossa Várzea; ii) no Maranhão, com o Projeto Campos Naturais da Baixada Maranhense; e iii) no Acre, com o Projeto Nossa Floresta. A titulação garante aos beneficiários o direito de permanência no local, estabelecendo melhores condições de produção, permitindo acesso aos demais programas do Governo Federal com a regularidade da ocupação, por exemplo, a garantia de inclusão dos ribeirinhos da Amazônia como público prioritário do Programa de Apoio à Conservação Ambiental: Bolsa Verde, integrante do Brasil Sem Miséria.

No que se refere à destinação de imóveis, foram entregues cerca de 13,05 milhões de metros quadrados de áreas da União a projetos de habitação e regularização fundiária urbana de interesse social, em parceria com os Municípios e Governos Estaduais, associações e cooperativas, beneficiando mais de 18 mil famílias de baixa renda, além da destinação de áreas para projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Ainda no campo da destinação de imóveis para regularização fundiária de interesse social, destacaram-se os projetos do PAC de Vila do Mar, em Fortaleza (CE), do Governo do Distrito Federal, assim como ações na Amazônia, a exemplo da entrega de 5,1 milhões de metros quadrados aos Municípios de Praia Norte (TO), Belém (PA), Macapá (AP) e do Projeto PAC Rio Anil, em São Luís (MA) beneficiando cerca de 9 mil famílias.

No âmbito do projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, a adequação da metodologia do Projeto Orla às áreas de terrenos marginais permitiu a ampliação de seu universo de atuação, possibilitando parcerias e planos de gestão mais focados na solução dos problemas específicos, além da intensificação de esforços para o ordenamento de espaços na orla marítima e fluvial, com a participação da sociedade civil local.

Em relação às áreas de demarcação e cadastramento de imóveis da União, avançou-se em mais de 1.200 km em áreas conceituadas, como terrenos de marinha, localizados na costa marítima, e terrenos marginais ao longo dos rios federais. Essas demarcações foram realizadas em atendimento aos programas de regularização fundiária e Terra Legal e com as universidades federais, de forma a permiti-las pesquisar e contribuir com novas metodologias, utilizando tecnologia de ponta, como sensoriamento remoto, imagens de satélite, resultando em mais agilidade e precisão nas informações de cada imóvel georreferenciado. As áreas demarcadas facilitam a gestão dos imóveis com a atuação de fiscalização mais efetiva, apoiando programas de preservação do meio ambiente.





Para 2012 pretende-se, por meio do Programa de Modernização do Patrimônio da União (PMPU), proporcionar melhorias às atividades de identificação, demarcação e cadastramento, tendo em vista a utilização de mapeamento georreferenciado de todos os imóveis da União. Essa nova tecnologia propiciará maior eficiência, rigor e transparência na gestão do patrimônio da União, bem como modernizar e automatizar os sistemas de informação.

Quanto ao patrimônio imobiliário da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), é de destacar o avanço na regularização e no aproveitamento de seus imóveis em projetos e programas governamentais voltados à regularização dominial dos imóveis locados ou vendidos a famílias de baixa renda. Foram cancelados cerca de 1,2 mil contratos por renúncia ou renegociação de dívidas e realizadas 138 destinações de imóveis oriundos da Rede para apoiar políticas de cultura, transporte, saneamento, habitação de interesse social e projetos de ampliação ou instalação de órgãos públicos.

Foi assegurada, ainda, a integralização do Fundo Contingente da extinta RFFSA, por meio da indicação de aproximadamente 668 imóveis para venda, totalizando cerca de R\$ 703 milhões, contribuindo para a garantia da indenização aos acionistas minoritários, bem como o pagamento de outros passivos que passaram automaticamente para a responsabilidade da União. Em 2012, está prevista a ampliação da escala de incorporação e regularização patrimonial dos imóveis da União, não somente daqueles oriundos da RFFSA, mas do conjunto de ativos herdados de entidades federais extintas, assim como de outros adquiridos por diversas modalidades, tais como compra, doação, usucapião e dação em pagamento.

No que concerne à área de arrecadação, o volume das receitas patrimoniais arrecadadas em 2011 foi de R\$ 705,16 milhões, o que corresponde a um aumento de 10,08% em relação ao mesmo período de 2010, sendo as principais fontes representadas pelo laudêmio (45%), taxa de ocupação (21%) e foro (11%). Também foram adotadas ações necessárias para a notificação e cobrança dos devedores oriundos da incorporação da carteira imobiliária da extinta RFFSA, com promoção de descontos aos inadimplentes e quitação de dívidas previstas na legislação.

Em 2012, pretende-se incrementar o potencial de arrecadação, bem como intensificar os procedimentos referentes à cobrança de créditos inadimplidos ou o devido encaminhamento para fins de execução fiscal. Está prevista, ainda, a implementação do código de barras nos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), o que resultará em melhor controle e destinação das receitas patrimoniais arrecadadas, com benefícios ao contribuinte e à administração pública.

d) Atendimento ao Cidadão

As Cartas de Serviços, instituídas pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, são instrumentos que conferem publicidade às ações de Governo, organizam a ação dos órgãos e orientam o atendimento aos cidadãos mediante a definição de padrões e formulação de compromissos assumidos pelas organizações que aderem a esta ferramenta de gestão.

Entre 2009 e 2011, contabilizam-se um total de 55 cartas de serviço publicadas por órgãos e instituições da administração pública federal e estadual. Em 2011, 21 organizações publicaram a Carta de Serviços: Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Coordenação de Documentação e Informação/Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Codin/SPOA/MP), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Imprensa Nacional, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Tribunal Superior do Trabalho e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul, do Rio de Janeiro e de Goiás, Defensoria Pública do





Maranhão, os Tribunais Regionais Eleitorais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e o Serviço Municipal de Água e Esgotos de São Leopoldo (RS).

Em 2012, prevê-se o crescimento quantitativo e qualitativo desse número, uma vez que está em curso o processo de indução de melhorias ao modelo vigente de Cartas de Serviços. Também há perspectiva de desenvolver o modelo de Cartas de Serviços de segunda geração, direcionado aos setores públicos responsáveis pela prestação direta de serviços aos cidadãos ou ao mercado, que não exigem o uso dos poderes próprios e privativos do Estado. Para tanto, será necessária a articulação e a criação de mecanismos democráticos e de participação para o aprimoramento desses serviços.

e) Melhoria de Competências em Gestão Pública

A partir de compromisso assumido pelo Governo na última Marcha dos Prefeitos, foram deflagradas ações para desenvolver competências dos servidores públicos municipais em gestão pública. Neste sentido, o Governo vem coordenando esforços e uma rede de parceiros (Escola Nacional de Administração Pública, ministérios setoriais e instituições federais de ensino superior de todas as regiões) para o desenvolvimento de um curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, cujo edital deverá ser lançado em 2012, tão logo a rede de polos de ensino esteja articulada e estruturada para atender aos servidores com a qualidade requerida para esse tipo de formação. A expectativa é de que na primeira versão do curso sejam concedidas 30 mil bolsas de estudos para servidores públicos municipais, ampliando-se este atendimento de modo significativo em futuras edições.

f) Cooperação Internacional para Melhoria de Gestão

A melhoria da gestão pública também tem sido fomentada por projetos de cooperação técnica internacional. O Projeto Modernização da Gestão Pública, executado em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID), apoia a agenda política de melhoria e inovação da gestão pública. Em 2011, foi encerrada a primeira fase desse projeto, com o apoio a 22 ações prioritárias para a melhoria da gestão, como planejamento da força de trabalho, criação/identificação de indicadores para as diversas dimensões da gestão e elaboração de metodologia de avaliação de desempenho dos órgãos e entidades da administração federal. Sua segunda fase, negociada em 2011, tem início em janeiro de 2012 e apoiará o fortalecimento da política de gestão por resultados do Governo Federal.

O Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia, por sua vez, está em andamento desde 2009 e tornou-se a espinha dorsal da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, proporcionando intercâmbio de conhecimentos e troca de experiências em gestão de políticas públicas específicas, como meio ambiente, desenvolvimento regional, cultura, ciência e tecnologia, direitos humanos e governança pública. Entre 2009 e 2011, foram apoiadas 42 ações de 14 órgãos e instituições da administração pública brasileira e seus congêneres europeus. Tendo em vista o aprofundamento da parceria com a União Europeia, prevê-se, somente em 2012, o apoio a 40 ações, incorporando novas áreas de interesse.

O Governo brasileiro firmou contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), com vigência até setembro de 2013. O Promoex tem como finalidade prestar cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais (TCs) com vistas à melhoria dos mecanismos de controle de contas públicas estaduais e municipais, como instrumento de cidadania e transparência da gestão dos recursos públicos: 28 dos 33 Tribunais de Contas do País estão implementando esse Programa, que conta, ainda, com a colaboração da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Ruy Barbosa (IRB).





A execução do Promoex registrou os seguintes avanços: i) criação e implantação do Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (<http://www.controlepublico.org.br>), disponível a todos os segmentos da sociedade; ii) criação e implementação da Rede Nacional dos TCs, propiciando fóruns de debates entre servidores, divulgações de trabalhos, artigos e de jurisprudências; iii) harmonização conceitual de mais de 20 pontos de controle definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); iv) elaboração e entrega ao Tribunal de Contas da União (TCU) do anteprojeto da Lei Processual Nacional dos TCs; v) compartilhamento entre os TCs de soluções de TI; elaboração e implantação de planejamento estratégico; sistemas de captura eletrônica de contas, processos de análises de contas de governo e atos de pessoal; vi) realização de auditorias de avaliação de programas de governo na área de educação, incluindo as áreas de saúde e saneamento, com divulgação em linguagem acessível; e vii) lançamento nacional das Normas de Auditoria Governamental aplicáveis ao Controle Externo (NAGs), que buscam harmonizar os procedimentos de auditoria das Cortes de Contas às normas internacionais. Em 2012, espera-se o cumprimento da execução prevista nos projetos dos Tribunais, que passa por ações de processos de modernização dos procedimentos de controle externo e das políticas de recursos humanos e planejamento estratégico.

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) tem por objetivo melhorar a efetividade e a transparência institucional das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal, a fim de alcançar maior eficiência do gasto público. Trata-se, também, de um programa cofinanciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de contrato de empréstimo com vigência até 2013.

O Programa é operacionalizado por contratos de repasses firmados pela Caixa Econômica Federal (Caixa) com os 26 Estados e o Distrito Federal e conta, ainda, com a parceria do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan) e o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), que propiciam maior compartilhamento de ações e soluções para a melhoria da gestão pública.

Em 2011, o PNAGE voltou-se essencialmente para melhoria de sua gestão interna, tendo em vista as mudanças ocorridas no âmbito dos Estados e do Governo Federal. Isso representou, na prática, a simplificação nos procedimentos de execução junto ao BID e à Caixa e a orientação e treinamento dos Estados quanto a esses novos procedimentos e à utilização do aplicativo SIGPNAGE.

Buscando a melhoria dos procedimentos, no primeiro bimestre de 2012 haverá replanejamento dos projetos de todos os Estados e Distrito Federal, de modo a otimizar os resultados do Programa.

Além disso, com vistas ao maior fortalecimento das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal, incluindo maior participação social na gestão pública, no ano de 2012, será firmado com o BID o Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública, cujo objetivo é contribuir para que o Governo Federal e entidades representativas dos Estados (Consad e Conseplan) formulem um novo instrumento de cooperação internacional que apoie os Estados brasileiros em iniciativas centradas na consolidação de boas práticas de gestão corporativa, na modernização da gestão de seus serviços públicos e no fortalecimento da cidadania.

Por fim, em 2012 será firmado contrato de empréstimo com o BID com vistas à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade do gasto público, mediante a promoção da modernização dos instrumentos e sistemas de gestão e o apoio aos processos decisórios da administração pública federal. Estão previstos recursos para: i) modernizar os sistemas de planejamento e orçamento do Governo Federal; ii) aperfeiçoar a gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação; iii) melhorar a qualidade dos projetos de investimento público; iv) tornar mais eficiente a implementação dos programas governamentais, com base no aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo e de apoio à execução do gasto público; e v) melhorar a coordenação interna do Governo Federal.





g) Inovações em Gestão

Como medida inovadora visando à reestruturação e ao fortalecimento institucional da administração federal, destaca-se o equacionamento de uma solução institucional para a crise dos hospitais universitários, com a constituição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). O seu estatuto foi aprovado por meio do Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, e a empresa terá como objetivo a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública. A nova entidade deverá propiciar uma resposta mais adequada às demandas de ensino na área médica, de melhoria da gestão dos hospitais e de inserção dos hospitais universitários no Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o objetivo de preparar o Governo para os novos desafios decorrentes das Olimpíadas de 2016 foi elaborado projeto de constituição da Autoridade Pública Olímpica e a modelagem institucional da função *antidoping*. Essas novas entidades criadas incorporam avanços em instrumentos e mecanismos de gestão, em especial o controle de resultados por meio da pactuação de objetivos e metas. Além disso, em 2011 foram acompanhados 14 contratos de gestão mantidos com entidades da administração federal, com o objetivo de consolidar e aperfeiçoar este mecanismo de gestão por resultados.

Com foco no desenvolvimento organizacional, deu-se continuidade à implantação do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), como instância de articulação entre os órgãos da administração federal para desenvolvimento de projetos e iniciativas conjuntos com esse escopo.

Como iniciativa que busca a construção de espaços de interlocução e debates entre gerentes da administração federal, consultores jurídicos e técnicos dos órgãos de controle, além de pesquisadores e especialistas, foi promovida uma série de seminários sobre democracia, direito e gestão pública, ao longo de 2011. Esses eventos propiciaram a análise de temas emergentes de interesse para a melhoria da gestão pública como inovações em gestão, autonomia administrativa e controle, controle social e equilíbrio entre os poderes.

h) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade

O Governo instituiu por meio do Decreto nº 7.478, de 12 de maio de 2011, a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República. O Conselho tem como competência assessorar o Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental.

Integrado por quatro Ministros e quatro representantes da sociedade civil, com reconhecida experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade de entidades públicas ou privadas, cabe à Câmara formular políticas e medidas específicas destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos, ao controle e aperfeiçoamento da gestão pública, bem como coordenar e articular sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão, no âmbito do Poder Executivo.

A Câmara de Gestão busca aperfeiçoar a gestão pública e incrementar a capacidade de Governo, especialmente a partir de melhorias em processos críticos para o atendimento ao cidadão, para a vida das empresas e para o alcance dos resultados estratégicos de Governo. Para tanto, foi desenhada e proposta a criação de um Escritório de Projetos, com o objetivo de apoiar a execução de projetos estratégicos de Governo voltados ao aperfeiçoamento da gestão pública.





A Câmara realizou em 2011 oito reuniões de trabalho, avaliando a gestão das áreas prioritárias para sua atuação. Foram selecionados inicialmente dois focos para a melhoria da gestão no âmbito do Governo Federal: o Ministério da Justiça (MJ) e o Ministério da Saúde (MS). O critério para escolha das áreas foi o volume de recursos alocados para atender às demandas e setores nos quais os esforços da Câmara podem ser sentidos na qualidade dos serviços prestados à população. Também vem sendo elaborado projeto básico para a contratação de consultoria especializada para desenvolvimento de um modelo de gestão de projetos aplicável às diversas situações críticas e estratégicas da administração pública federal utilizando como pilotos os projetos a serem executados para atender às necessidades dos Ministérios da Justiça e da Saúde no contexto das prioridades definidas pela CGDC.

Na área da Justiça, foram priorizados para acompanhamento pela Câmara a redução do déficit carcerário, o aumento da capacidade de julgamento dos processos de anistia política, o aprimoramento da gestão de recursos logísticos e a gestão racional de processos na Política Nacional de Segurança Pública. Um mapa estratégico está sendo construído para sistematizar as ações do Ministério da Justiça, suas relações com outros órgãos, metas e recursos.

Na área da saúde, quatro eixos estão sendo priorizados pela Câmara para acompanhamento: acesso e qualidade do atendimento, aprimoramento do SUS, combate ao desperdício de recursos (controle e transparência) e eficiência na execução direta. Uma das ações discutidas na Câmara foi a revisão do processo de aquisição de insumos estratégicos, priorizando o pregão eletrônico. Foram identificadas oportunidades de reduzir cerca de 20% nos gastos nessa modalidade. A proposta de criação de um índice de qualidade para postos e unidades básicas de saúde também foi analisada na Câmara.

7. Regulação de Mercados

a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), criado por meio do Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007, vem sendo executado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As ações desenvolvidas no âmbito do Programa visam a promover o fortalecimento dos mecanismos institucionais para gestão em regulação, propiciar condições para a melhoria da qualidade da regulação, consolidar a autonomia decisória das agências reguladoras federais, e aperfeiçoar os instrumentos de supervisão e de controle social.

O Programa possui três indicadores finalísticos. Entre eles, dois são subíndices do Indicador de Competitividade Global (ICG), produzido pelo Fórum Econômico Mundial, o Pilar Institucional (PI) e o Pilar Infraestrutura (PIE). A meta é que, ao término da execução de sua primeira fase, em 2012 o Programa apresente um incremento de 10% no PI e de 8% no PIE, assumindo os valores 3,72 e 3,46 respectivamente. O PIE já havia sido superado desde o segundo semestre de 2010, quando atingiu 4,0. No último reporte (2011/2012) do ICG, o PIE ficou estável e a meta do PI foi atingida, alcançando o valor de 3,70. Nota-se, portanto, que a meta para esses dois subíndices já foi alcançada para todo o período do Programa.

Outro indicador finalístico é o Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA), que foi desenvolvido para captar o desenvolvimento da qualidade regulatória das agências federais brasileiras. O IQRA é calculado a partir dos dados fornecidos pelas próprias agências reguladoras federais. A meta estipulada para o Programa era obter, ao fim de 2011, um IQRA 0,65. Em meados de 2011 foi obtido o valor 0,66 para o indicador. Dessa maneira, esse indicador também já teve a sua meta superada para todo o período do Programa.





No triênio 2008/2010, foram capacitados pelo Programa 1.544 servidores de agências reguladoras e ministérios supervisores. Em 2011, foram capacitados 1.105 servidores, sendo que destes, 560 realizaram cursos do Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e Regulação. Além disso, destaca-se a realização de cursos introdutórios sobre Análise de Impacto Regulatório e Técnicas de Consulta. Em 2012, a meta é que sejam capacitados 1,5 mil servidores.

Cumpram ressaltar os resultados obtidos na implantação da ferramenta de Análise do Impacto Regulatório (AIR). Os projetos-piloto estão sendo conduzidos em seis agências reguladoras federais: Agência Nacional do Cinema (Ancine), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Atualmente, nessas seis agências, estão sendo desenvolvidos 16 projetos-piloto, que servem para treinar as equipes técnicas no uso da ferramenta AIR.

Os projetos também têm servido para discutir com as agências participantes a melhoria dos processos regulatórios, tais como a introdução de técnicas de pré-consulta, a melhoria do acesso e sistematização da informação para melhorar a comunicação e a transparência das agências reguladoras. Em 2012, espera-se continuar o desenvolvimento desses projetos em mais quatro agências reguladoras. Em 31 de janeiro de 2012 teve início o curso avançado em metodologias de análise do impacto regulatório, para 20 servidores selecionados com base em conhecimentos prévios em economia, quantificação e em AIR. O curso é ministrado no Brasil pela equipe de professores da *National School of Government* – UK, instituição com reconhecida competência internacional sobre esse tipo de abordagem.

Em relação ao apoio aos instrumentos de controle social, a meta do Programa é proporcionar um aumento de 50% de participantes em audiências públicas em cada ano de ação do Programa. Do total de 1.723 participações reportadas durante todo o ano de 2010, o número de participações saltou para mais de 40 mil só no primeiro semestre de 2011. A ANS foi responsável por 96% do total dessas contribuições. Esse aumento exponencial do quantitativo de participação nas consultas públicas da Agência está diretamente relacionado à mudança de cultura administrativa em curso em virtude dos projetos-piloto em andamento.

Está prevista também a organização de três módulos do curso Regulação e Defesa do Consumidor, a ser realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, em abril, julho e outubro de 2012, com a estimativa de 60 participantes para cada um dos módulos.

Destacam-se, ainda, os intercâmbios realizados junto ao *Better Regulation Executive* (BRE), do Reino Unido, com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil. Em outubro de 2011 foi realizada uma missão técnica de servidores públicos brasileiros de agências reguladoras, envolvidas no desenvolvimento de projetos-piloto em AIR, ao Reino Unido. A missão teve como objetivo conhecer o sistema britânico de *Better Regulation* e o uso da ferramenta de AIR, discutir os temas dos projetos-piloto e, por fim, estabelecer contatos com instituições do Reino Unido que possam contribuir para a formação e a capacitação de servidores públicos brasileiros na área de regulação.

Importante mencionar também o intercâmbio de informações realizado com o *Office of Information and Regulatory Affairs* (OIRA) – EUA, como decorrência da agenda de trabalhos do V Diálogo de Parceria Econômica entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Departamento de Estado dos EUA, realizado em fevereiro de 2011, que tem como principal resultado o apoio aos estudos preparatórios para a implantação do projeto-piloto em AIR pela Aneel.

Cumpra destacar a relação estabelecida entre o PRO-REG e a *Comisión Federal de Mejora Regulatoria* (Cofemer), do México. Em outubro de 2011 foi realizada a 28ª Reunião Nacional de Melhoria Regulatoria, em Monterrey, México, quando foi acolhida pelos representantes dos países presentes (Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru) a proposta de criação





de um Fórum Latino-Americano voltado para a troca de experiências no âmbito da melhoria da qualidade da regulação e da competitividade, o qual deverá ser consolidado, com o apoio do MRE, no Seminário Internacional sobre Práticas Exitosas em Regulação na América Latina, a ser realizado no Brasil em fevereiro de 2012.

b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

A solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) evitou que sua estrutura sofresse reflexos significativos da crise financeira internacional, diversamente do que ocorreu em outros países.

Os testes de estresse aplicados regularmente pelo Banco Central do Brasil (BCB) às instituições financeiras permitem confirmar essa condição. Os resultados sinalizam que, mesmo em cenários eventuais de forte deterioração, o sistema manterá níveis adequados de capital e liquidez e contará com provisões suficientes. O Índice de Basileia encontra-se, na média, próximo a 17%, com baixa dependência de captações externas, portanto bastante superior à exigência internacional de 8%.

O BCB ao monitorar permanentemente situações ou eventos que representem risco à estabilidade e ao regular funcionamento do SFN contribuiu decisivamente para a adoção de políticas convergentes para a solidez e a eficiência do sistema, garantindo maior segurança aos depositantes e aos demais credores. Em 2011, foram realizadas cerca de 1.450 atividades de fiscalização em bancos, conglomerados bancários, cooperativas de crédito e instituições não bancárias.

Nas atividades de regulação financeira conduzidas pelo BCB em 2011, é importante destacar algumas grandes frentes. A primeira refere-se ao ambiente regulatório prudencial. O Brasil tem participado de forma propositiva das discussões internacionais e apoiado as iniciativas de aperfeiçoamento regulamentar e de correção das lacunas regulatórias que, em parte, contribuíram para a crise financeira internacional. Nesse contexto, estão sendo aprimoradas as regras brasileiras relativas à avaliação e ao controle dos riscos inerentes à atividade financeira, ao reforço do capital regulamentar e à maior transparência e disciplina de mercado, inclusive mediante adoção das melhores práticas de divulgação de informações à sociedade.

A segunda grande frente tem por ponto central a relação com o cliente bancário. Nesse particular, foram aprimoradas as regras de relacionamento entre as instituições financeiras e os seus clientes, inclusive no que se refere a cheques e tarifas bancárias – com destaque para as cobranças referentes a cartões de crédito e a contratações de câmbio manual –, bem como à regulação das operações de consórcio e de crédito, incluindo-se o consignado. Essas mudanças objetivaram aperfeiçoar a prestação de serviços bancários aos diversos segmentos da sociedade e aumentar a eficiência e a concorrência no âmbito do SFN em ambiente de maior transparência, contribuindo para a disseminação do crédito e para a redução do seu custo ao tomador final.

O terceiro conjunto de frentes refere-se à inclusão financeira, ferramenta fundamental para redução de desigualdades sociais e para o desenvolvimento econômico equilibrado do País. Para isso, as regras de correspondentes foram aperfeiçoadas e as normas de microcrédito foram revisadas, estabelecendo-se critérios de estímulo para a realização de operações de microcrédito orientado aos setores de produção. Em virtude dessas ações, o acesso aos serviços bancários, inclusive ao crédito, foi ampliado para a população de baixa renda, em especial aos beneficiários de programas sociais e aos microempreendedores.

c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Dentre as iniciativas direcionadas ao fortalecimento da sua capacidade institucional para a gestão das atividades de supervisão do mercado de valores mobiliários, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apresentou, em janeiro de 2011, o seu segundo





Plano Bial de Supervisão (período 2011-2012), marcando, assim, a continuidade do planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.427, de 26 de dezembro de 2006. Com base nesse modelo de supervisão, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

Além das ações de supervisão preventiva direcionadas às empresas, fundos de investimento, mercado e intermediários, o Plano Bial 2011-2012 apresentou algumas novidades com relação ao plano anterior, dentre as quais a inclusão dos auditores independentes e dos intermediários não submetidos a um autorregulador e a alteração de determinados eventos de risco. Novos eventos foram identificados e incluídos, enquanto outros, presentes no plano anterior, foram excluídos por não terem confirmado a probabilidade de ocorrência anteriormente estimada.

Em 2011 a CVM manteve seu foco no combate aos principais riscos relacionados ao desempenho de suas atribuições legais e, portanto, ao bom funcionamento dos mercados que supervisiona. Outra importante prática da CVM em 2011 foi a continuidade das ações conjuntas com o Ministério Público Federal (MPF) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), intensificadas a partir da celebração de convênios de cooperação em 2008 e 2010, respectivamente, principalmente com relação aos casos de *insider trading* e possíveis manipulações de mercado de capitais, que, uma vez confirmadas, provocam prejuízos não apenas para os participantes envolvidos, mas também para a coletividade de investidores e para a sociedade em geral.

Especificamente com relação ao Mercosul, como coordenadora pelo Brasil do Subgrupo de Trabalho 4, a CVM acompanhou as discussões que visam à criação do Passaporte Mercosul, cujo objetivo é facilitar o acesso das companhias abertas sediadas no bloco aos mercados financeiros dos demais países – também do bloco. Como etapa deste projeto, foi ratificado o acordo para utilização do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Ainda no âmbito internacional, a CVM: i) conduziu negociações com os órgãos reguladores dos Estados Unidos da América (EUA) e de Portugal para a assinatura de memorandos bilaterais de entendimento; ii) conduziu negociações de um convênio com o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), regulador estadunidense de auditores independentes, que, quando celebrado, possibilitará assistência, cooperação e troca de informações. Além da participação nos fóruns e organismos internacionais sobre mercado de valores.

Em 2011, deu-se continuidade ao Programa de Orientação e Defesa ao Investidor (Prodin) com o objetivo de informar ao cidadão as principais demandas (consultas e reclamações) apresentadas à CVM pelos investidores e pelo público em geral.

O resultado dos atendimentos realizados no âmbito do Prodin por meio dos diversos canais de comunicação vem sendo publicado em Boletim com demonstrativo do número de processos administrativos abertos em decorrência de reclamações e denúncias recebidas do público – por assunto e participante do mercado envolvido.

d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro

O Mercado de Seguro e Resseguro apresentou no corrente ano uma significativa expansão em todos os seus segmentos. Esse desempenho reitera uma trajetória que vem sendo observada nos anos recentes, refletindo nos mercados supervisionados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) as profundas alterações socioeconômicas que se verificam no Brasil desde a metade da década passada. A elevação geral do nível de renda real da população brasileira e as mudanças estruturais no perfil de distribuição de renda fizeram os produtos oferecidos por esses mercados acessíveis a parcelas crescentes da população.





Em relação à arrecadação, considerando-se os mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, houve uma expansão de 16,15% entre 2010 e 2011, alcançando-se a cifra de R\$ 133 bilhões.

Cabe ressaltar o expressivo crescimento do mercado de resseguros, que apresentou uma taxa de 48% de aumento da arrecadação em 2011 em relação a 2010, chegando a R\$ 3,2 bilhões, tendo as reservas técnicas se expandido em 9,5%, atingindo R\$ 6,7 bilhões em 2011.

Nesse sentido, o total de reservas técnicas, que buscam garantir o aumento de bem-estar proporcionado pela melhora no nível de renda da população, administradas pelas entidades e sociedades supervisionadas pela Susep, chegou a R\$ 347 bilhões em 2011, apresentando um crescimento de 19% em relação a 2010.

Considerando o desenvolvimento da economia brasileira, com o respectivo aumento do nível de renda da população, e, em consequência, do seu poder de consumo e da busca por maior estabilidade financeira, que elevou o bem-estar dos cidadãos, buscou-se aprimorar ferramentas de supervisão, dando continuidade ao processo de convergência aos novos padrões internacionais de contabilidade, através dos pronunciamentos emitidos.

A Susep atuou na supervisão de 116 sociedades seguradoras, 18 sociedades de capitalização, 8 sociedades resseguradoras locais, 29 resseguradoras admitidas, 59 resseguradoras eventuais, 25 entidades abertas de previdência complementar, 32 corretoras de resseguro e 70 mil corretoras de seguros. No âmbito do Mercosul, a Susep participou do subgrupo de serviços financeiros, com vistas a acelerar o processo de integração regional dos mercados. Em relação às atividades de intermediação das operações de seguro, autorizou a concessão de mais de três mil habilitações para pessoas físicas e mais mil para pessoas jurídicas.

A Susep identificou cerca de 200 empresas, muitas delas estrangeiras, atuando com a comercialização de produtos/serviços similares aos contratos de seguros sem a devida autorização, tendo instaurado 377 processos, com destaque para uma seguradora americana, contra qual foi lavrada uma representação no valor de R\$ 11,4 bilhões.

Também em 2011, foi criado Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão Consultiva de Microseguros (CCM) do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que gerou uma série de relatórios norteadores dos esforços para desenvolver a infraestrutura necessária à implantação do mercado de Microseguros no Brasil. Define-se como microseguro a proteção securitária destinada à população de baixa renda ou aos microempreendedores individuais.

e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), juntamente com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça integram o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Em 2011, importante mudança institucional teve início no âmbito do SBDC com a Lei nº 12.529 de 30 de novembro, que passará a vigorar após 180 dias da sua publicação. A nova lei reestrutura todo o SBDC, de modo a unificar o Cade e a SDE – hoje órgãos independentes – em uma só estrutura, além de tornar prévia a notificação dos atos de concentração. Caberá à Seae a promoção da concorrência junto aos órgãos de Estado e à sociedade e a defesa comercial brasileira.

Buscando implementar algumas das “melhores práticas” recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em matéria regulatória, principalmente no que diz respeito à promoção e advocacia da concorrência,





o Governo tem utilizado o Guia para Avaliação Concorrencial de Normas Regulatórias com o objetivo de disseminar a necessidade de as normas regulatórias observarem os aspectos concorrenciais, os benefícios gerados frente a seus custos e os impactos distributivos.

8. Ações de Prevenção e Combate à Corrupção

a) Ações de Prevenção

Em 2011, manteve-se o acompanhamento sistemático e a adoção de políticas públicas para cumprimento dos três tratados internacionais que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção, quais sejam: i) a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU); ii) a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA); e iii) a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

O Governo manteve, até setembro de 2011, a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados-partes. Além disso, em março de 2011, o Brasil passou a integrar o Grupo Gerencial do Grupo de Trabalho sobre Corrupção Transnacional, da OCDE. As medidas anticorrupção adotadas pelo Governo brasileiro foram avaliadas durante a 19ª Reunião do Comitê de Peritos do Mesicic, realizada em Washington, nos Estados Unidos. O relatório de avaliação concluiu que o Brasil tem adotado medidas eficientes de prevenção e combate à corrupção, medidas essas pertinentes à promoção dos propósitos da Convenção. Entre as recomendações recebidas pelo País destaca-se aquela no sentido de que o Brasil aprove o Projeto de Lei nº 5.586, de 2005, em tramitação na Câmara dos Deputados, que trata da Criminalização do Enriquecimento Ilícito.

Em 2011, foram realizadas duas rodadas de avaliação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade – Cadastro Pró-Ética. Desenvolvido em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a iniciativa objetiva divulgar lista de empresas que adotam um conjunto de medidas de integridade e ética. Essas ações em parceria com o setor privado contribuem para conscientização de gestores de empresas quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção.

Adicionalmente, em 2011, o Brasil intensificou ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil, com destaque para: i) Portalzinho da Criança Cidadã, com média de cinco mil acessos/mês; ii) 5º Concurso de Desenho e Redação; iii) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, em Brasília e nos Estados; e iv) Projeto em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa, denominado Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania, iniciado em 2009. Ao término de 2011, tais ações já haviam atingido mais de 1,4 milhão de alunos e 40 mil professores.

O mapeamento preventivo de riscos à corrupção teve continuidade em 2011, por meio do Observatório da Despesa Pública (ODP) para identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. Destacam-se o monitoramento de licitações, gastos com Cartões de Pagamento, Passagens Aéreas e empresas terceirizadas. O ODP agregou ainda os monitoramentos do Programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes, e dos repasses para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também foram desenvolvidos estudos específicos sobre transferências voluntárias e sobre os preços médios pagos pelo Governo para os principais materiais adquiridos.





Em junho, o Observatório recebeu o prêmio *Public Service Awards* 2011, da ONU, um dos principais prêmios concedidos em reconhecimento a iniciativas inovadoras na área da gestão pública. Para 2012, o ODP planeja, além de continuar com os monitoramentos existentes, realizar estudos específicos sobre os fornecedores do Governo e o Sistema de Registro de Preços (SRP) e criar metodologia de gestão de riscos para licitações.

Em 2011, destaca-se a execução dos seguintes projetos: i) o Projeto Siconv, com o propósito de armazenar dados e registros sobre os convênios celebrados com o Governo Federal e acompanhar sua execução; ii) o ODP, que tem por finalidade a produção de informações sobre os convênios federais, por meio da análise de dados de várias fontes, propiciando a construção de 47 trilhas de auditoria e a execução, na 1ª etapa do Projeto, de 16 dessas trilhas; e iii) o Projeto Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), que a partir da base de empresas cadastradas busca identificar órgãos federais que mantenham contratos vigentes com as empresas negativadas.

Com a finalidade de dotar a administração pública de quadros mais bem preparados e fortalecer o controle preventivo, o Governo, por meio da Controladoria-Geral da União, tem ministrado cursos em diversos temas, promovendo, assim, a melhoria da gestão dos recursos públicos. No ano de 2011 foram capacitados 878 servidores federais em Direito Disciplinar e mais de 7.500 em matérias relacionadas a Controles Internos, Auditoria Interna, Transferências Voluntárias e Siconv. Além disso, pela Escola Virtual da CGU, foram capacitados, por meio da educação a distância (EaD), 2.440 pessoas em temas afetos à promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção. Para 2012 pretende-se ampliar a utilização dessas ferramentas, como forma de atingir maiores contingentes dos públicos-alvo dos programas de capacitação e orientação.

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública são realizadas ações de capacitação, presencial e a distância, para agentes públicos municipais e distribuídos acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública. Em 2011, 97 Municípios foram contemplados e 1.468 servidores públicos capacitados pelo Programa.

b) Controle Interno

Na busca do fortalecimento da integridade da gestão pública, da adequada resposta aos riscos e, principalmente, da correção de rumos em relação ao alcance dos objetivos das políticas públicas, o Governo brasileiro reforçou e aprimorou as atividades de controle interno ao longo de 2011. Importa destacar a crescente articulação entre os órgãos de investigação, controle e fiscalização, entre estes os integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em especial as unidades de auditoria interna existentes em todas as entidades da administração federal indireta.

A estratégia de atuação do controle interno em 2011 foi implementada sobre quatro eixos principais: i) avaliação da execução de programas de Governo; ii) avaliação dos resultados da gestão nos órgãos e entidades da administração federal; iii) ações investigativas; e iv) ações de orientação e capacitação dos gestores federais.

Com base em cuidadoso processo de avaliação de riscos, que inclui o volume de orçamento destinado às políticas públicas, a relevância de cada política para o desenvolvimento do País e a existência de problemas já verificados na execução das ações, a Avaliação da Execução de Programas de Governo estuda e hierarquiza os programas de forma a priorizar as ações a serem desenvolvidas. Em 2011, foram objeto de avaliação sistematizada 111 ações de Governo, sendo executadas cerca de 4 mil ações de controle. Entre as ações de Governo acompanhadas, destacam-se as relativas ao Pagamento de Aposentadorias e Pensões, à Concessão de Rodovias, à Construção de Cisternas para Armazenamento de Água, à Concessão de Licença de Importação, ao Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), ao Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres,





ao Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, às Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho e Apuração e à Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União.

Entre os resultados nessa linha de atuação, destacam-se: i) publicação do Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência da identificação de fragilidades no acompanhamento da aplicação dos recursos federais objeto das chamadas transferências do SUS, Fundeb e Merenda Escolar; ii) cessação pelo INSS de aproximadamente 94 mil benefícios considerados irregulares no âmbito das ações de Pagamento de Aposentadorias e Pensões, resultando em uma economia total estimada de cerca de R\$ 3,6 bilhões, e recuperação de mais de R\$ 330 milhões dos pagamentos feitos indevidamente; iii) ajuste tempestivo de questões relativas a aperfeiçoamento dos projetos básicos e normativos de licitações, melhoria da estrutura de fiscalização dos convênios e contratos, revogação de licitações e glosa de valores referentes à ação de Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba; iv) revisão do fluxo operacional de pagamento de *royalties* de petróleo; e v) ações para implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, que visa dar maior transparência e controle aos gastos emergenciais.

Por meio do programa de sorteio público, o Governo Federal continuou com a sistemática fiscalização dos recursos federais destinados aos Municípios, especialmente no tocante aos programas governamentais da área social. O referido programa, instituído em 2003, além de acompanhar a execução dos programas de Governo, tem os propósitos de fomentar o controle social dos gastos públicos e de inibir e combater a corrupção. Dentre as ações fiscalizadas destacam-se os Programas Bolsa Família, Merenda Escolar e Saúde da Família, os quais possuem forte impacto no dia a dia da população. No ano de 2011 foram realizados dois eventos de sorteio, para fiscalização de 120 Municípios por meio de 2.138 ações de controle, envolvendo um montante de recursos fiscalizados de mais de R\$ 1,7 bilhão.

No âmbito da Avaliação dos Resultados da Gestão, foram realizadas em 2011 auditorias anuais de contas em 647 órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como 1.089 auditorias de acompanhamento com foco nos seguintes temas: análise preventiva de editais; acompanhamento das determinações e recomendações do controle externo e interno; regularidade das transferências voluntárias e das licitações; atendimento ao Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, que estabelece limites e procedimentos para diárias, passagens e locomoção; e despesas com cartões corporativos.

No eixo das Ações Investigativas, a partir da parceria estabelecida entre instituições como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Ministério Público da União (MPU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), foram realizados, em 2011, 24 trabalhos conjuntos de operações especiais. Estes trabalhos permitiram a adoção de medidas de responsabilização e de ressarcimento ao Erário Público, tais como declaração de empresas como inidôneas, abertura de processos de Tomada de Contas Especial e apuração de responsabilidades de servidores públicos federais envolvidos.

Os desafios que se apresentam para o ano de 2012 imporão ao Governo a necessidade de aprimoramento da governança, dos controles e da capacidade de mapear e gerenciar os riscos. Assim, as prioridades de 2012, no que concerne à temática do controle interno e do aprimoramento da gestão, relacionam-se basicamente: i) à orientação do trabalho de avaliação para as iniciativas prioritárias do Governo no âmbito do PPA 2012-2015, a fim de propiciar garantia adicional de recursos e meios disponíveis para o alcance dos objetivos e resultados pretendidos; ii) ao fortalecimento da atuação preventiva dos órgãos do Sistema de Controle Interno, inclusive mediante o aprimoramento da articulação com as diversas pastas ministeriais; iii) ao fortalecimento das unidades de auditoria interna da administração pública indireta; iv) à gradual inserção de modelos e práticas de gestão de riscos na esfera governamental; v) ao aprimoramento da atuação interinstitucional com os órgãos de controle, fiscalização e investigação, de forma a fortalecer e a agregar maior eficiência e efetividade aos instrumentos de





prevenção e combate à corrupção; e vi) à ampliação da cooperação internacional para o desenvolvimento das áreas de controle interno, prevenção e combate à corrupção.

c) Medidas Corretivas

Em 2011, o Governo fortaleceu suas ações no combate à impunidade mediante ação correcional. A intensificação desse trabalho decorreu do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares; da efetiva e tempestiva responsabilização administrativa de agentes públicos; da maior qualificação de pessoal especializado em matéria disciplinar; e do fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Como resultados efetivos dessas ações foram efetivadas no ano de 2011, em relação a agentes públicos do regime estatutário, 469 demissões, 57 destituições e 38 cassações de aposentadoria, totalizando 564 apenações expulsivas. Como principais motivações que embasaram as punições expulsivas, permanecem as irregularidades relativas a valimento do cargo (24,76%) e improbidade administrativa (16,08%).

No ano de 2011 houve instauração e condução direta de 71 procedimentos administrativos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (PAD), em sentido estrito, e Sindicâncias Punitivas e Investigativas. Verificou-se a regularidade de 1.788 processos disciplinares e foram realizadas aproximadamente 1,5 mil investigações preliminares. O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) foi contemplado em 2011 com o fortalecimento da sua base de dados e a continuidade do seu programa de inovação, que incluiu a geração de novos relatórios e a melhoria geral de sua operação.

No tocante à apuração de ilícitos praticados por sociedades empresárias que participam de licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo, a CGU já declarou a inidoneidade de 15 dessas pessoas jurídicas.

O Sistema de Teleaudiências, recém-implantado, possibilitou a realização de cerca de 12 oitivas em 2011, auxiliando comissões disciplinares, testemunhas ou acusados que se encontravam em diferentes unidades da Federação (DF, RJ, BA e RS). Com essa nova modalidade de comunicação foi possível obter economia nas despesas com diárias, passagens e locomoção, além de conferir maior celeridade ao trabalho das comissões investigativas.

Para 2012, pretende-se fortalecer o sistema de correição, por meio da instituição de novas unidades seccionais de corregedoria, da prospecção de núcleos de correição dos Estados e da capacitação sistemática dos servidores que atuam em processo disciplinar.

d) Ouvidoria

A excelência em gestão pública pressupõe direcionar as ações públicas para as necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de sujeitos de direitos e de beneficiários dos serviços públicos e destinatários da ação decorrente do poder de Estado exercido pelas organizações públicas. Significa estabelecer compromisso com a sociedade para fazer o melhor no cumprimento da missão institucional, de forma ética e democrática, e para satisfazer suas necessidades e expectativas.

Nesse contexto, a criação e o funcionamento das ouvidorias públicas na estrutura de órgãos e entidades da administração federal têm sido de grande importância para o fortalecimento da democracia participativa. Sobretudo porque, por um lado, oferecem ao cidadão “novo canal” para resolução de problemas vivenciados rotineiramente na prestação de serviços públicos e, por outro, oferecem ao Estado uma oportunidade de qualificar a prestação desses serviços a partir das





manifestações e contribuições recebidas, o que pode ser demonstrado, em 2011, tanto pelo número de ouvidorias em efetivo funcionamento na administração pública federal – em torno de 140 – quanto pelo expressivo número de 1,5 milhão de manifestações (reclamação, elogio, denúncia etc.) recebidas.

Logrou-se, no ano de 2011, a conclusão do processo de reestruturação da Ouvidoria-Geral da União, subordinada à CGU, que resultou na adequação da sua estrutura organizacional e do seu quadro de pessoal, na implementação de novos processos de trabalho e na mobilização das ouvidorias do Poder Executivo Federal para a execução da política nacional de participação social. Foi também elaborado plano de trabalho que contempla a estratégia de capacitação destinada às ouvidorias federais, para o qual vêm sendo desenvolvidas tratativas junto a escolas de governo, universidades federais e outros órgãos e entidades públicas federais.

No ano de 2012 pretende-se avançar na integração sistêmica das ouvidorias do Poder Executivo Federal, por meio da instituição de base de dados que disponibilize informações em tempo real, e da base tecnológica necessária para a elaboração de cadastros para registro das manifestações fundamentadas.

e) Combate à Lavagem de Dinheiro

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) vem intensificando, a cada ano, os esforços de cooperação com autoridades nacionais e estrangeiras em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT).

Essa contínua construção de parcerias interinstitucionais aliada ao intenso uso de tecnologia, de ferramentas de controle e gestão de riscos e da constante qualificação de seu corpo funcional, permitiu que o Coaf analisasse, em 2011, cerca de 4 mil casos com indícios de lavagem de dinheiro, produzindo 1,4 mil Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), os quais relacionaram aproximadamente 48,7 mil comunicações de operações financeiras e 13,48 mil de pessoas físicas e jurídicas.

A parceria com órgãos supervisores e entidades representativas dos diversos segmentos obrigados foi intensificada, tendo sido recebidas, somente no ano passado, mais de 1,2 milhão de novas comunicações dos diversos setores econômicos obrigados, nos termos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Com isso, o banco de dados do Coaf ultrapassa a marca de 5,6 milhões de comunicações de operações financeiras recebidas em seus 13 anos de existência.

A cooperação entre Ministério da Fazenda, Ministérios Públicos, Polícias e Judiciário resultou no bloqueio judicial de R\$ 38,7 milhões em contas-correntes e em outras aplicações financeiras de pessoas envolvidas em ilícitos criminais ao longo de 2011.

O continuado empenho de elevar o grau de conformidade do País aos padrões internacionais de PLD/CFT resultou na realização de consulta pública sobre nova regulação, que inclui os setores do comércio de veículos, aeronaves e embarcações entre aqueles que deverão aprofundar o exame das operações de seus clientes, comunicando ao Coaf eventuais comportamentos atípicos.

Em sessões de julgamento de processos administrativos sancionatórios, realizadas no ano de 2011, o Plenário do Conselho aplicou multas no montante global de R\$ 3.96, 7 mil a empresas e administradores que descumpriram obrigações previstas nas normas legais.

No âmbito da representação brasileira em organismos internacionais de PLD/CFT, o Governo, por meio do Coaf, participou ativamente das ações implementadas no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), principalmente aquelas voltadas à revisão das Recomendações do Grupo. Também se fez representar





participando das atividades do Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafisud) e do Grupo de Egmont, foro internacional que reúne unidades de inteligência financeira (UIF) de 127 países. No âmbito bilateral, o Ministério da Fazenda prestou assistência técnica a diversas unidades estrangeiras congêneres ao Coaf, especialmente àquelas situadas na América Latina e em países africanos de língua portuguesa.

Alinhado à missão do Coaf de promover a cooperação entre os setores público e privado, o ano de 2011 foi marcado pela celebração de seis acordos voltados à ampliação do intercâmbio de informações, do acesso à bases de dados e da capacitação de agentes públicos em matéria de PLD/CFT.

Destacam-se como resultado desses acordos: i) acesso *on-line* pelo Coaf ao Cadastro Nacional de Empresas Mercantis (CNE), mantido pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC); ii) intercâmbio de informações e acesso *on-line* pelo Coaf ao Sistema de Consulta aos Registros de Antecedentes Criminais da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul e do Estado do Tocantins; iii) intercâmbio de informações e acesso *on-line* pelo Coaf a bases de dados do Banco Central do Brasil e recepção de informações de entidades do Sistema Financeiro Nacional diretamente pelo Coaf; iv) realização do programa de capacitação prática no Coaf em prevenção à lavagem de dinheiro para empregados do Banco do Brasil e servidores da Polícia Federal; e v) intercâmbio de informações com a Polícia Federal.

9. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que representa, judicial e extrajudicialmente, a União e suas autarquias e fundações, o que inclui os três Poderes e o Ministério Público da União, e tem também como competência as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

Entres as principais ações realizadas no exercício de 2011, encontra-se a defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), destacando-se:

- Reconhecimento da união homoafetiva como união estável;
- Declaração da constitucionalidade da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que trata do piso salarial nacional dos professores da educação básica;
- Declaração da constitucionalidade da aprovação no exame da OAB como requisito para o exercício da advocacia, prevista no art. 8º, IV, da Lei nº 8.906, de 4 julho de 1994;
- Declaração da constitucionalidade da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que criou o programa de ação governamental de valorização do salário mínimo, fixando critérios para o seu cálculo, com declaração do valor pelo Presidente da República;
- Decisão mantendo as regras do cálculo da aposentadoria por invalidez previstas na legislação previdenciária, gerando uma economia anual de mais de R\$ 2 bilhões diretos e R\$ 10 bilhões indiretos; e
- Suspensão de decisão que estendia o pagamento do benefício da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) a pessoas que não se enquadram no requisito de baixa renda, gerando uma economia direta de R\$ 38 milhões.

No exercício da representação judicial da União, em matéria fiscal, cabe destacar as seguintes decisões do STF favoráveis à União:





- Possibilidade de incidência da Cofins sobre as vendas inadimplidas;
- Constitucionalidade da retenção da contribuição previdenciária sobre a folha de salários, de 11%, na hipótese de fatura emitida por empresa tomadora de serviço de mão de obra; e
- Ausência de direito à correção monetária da tabela do Imposto de Renda.

Com relação à atuação judicial no âmbito dos Tribunais Superiores, ressaltam-se diversas teses revertidas a favor da União, em sede de Recursos Repetitivos, no Superior Tribunal da Justiça (STJ), como:

- Impossibilidade de aproveitamento de prejuízos fiscais de empresas coligadas e controladas no exterior pela empresa nacional para fins de abatimento da base de cálculo do IRPJ e da CSLL;
- Inexistência de preferência no recebimento de honorários advocatícios em face do crédito tributário;
- Possibilidade de realização de compensação de ofício pela Receita Federal do Brasil; e
- Afastamento da possibilidade de extinção da execução fiscal quando há adesão pelo contribuinte a programa de parcelamento.

A AGU tem, ainda, atuado na viabilização de políticas públicas relacionadas a ações de infraestrutura e estratégicas para o País, e obtido êxito judicial na sua defesa, cabendo destacar as relacionadas ao PAC e à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Dentre as defesas realizadas e acolhidas, vale ressaltar:

- Legalidade da licença de operação para Usinas Hidrelétricas (UHEs) Santo Antônio e Jirau, que representam 7% do parque gerador de energia do Brasil, bem como a legalidade do licenciamento ambiental das linhas de transmissão de energia elétrica de Porto Velho (RO) a Araraquara (SP), com 2.400 km;
- Legalidade do Decreto Legislativo n.º 788 de 2005, que autoriza o aproveitamento hidrelétrico da UHE Belo Monte; a demonstração de que essa usina não será construída em terras indígenas, bem como de que não há qualquer ilegalidade nos atos administrativos que tramitam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre o empreendimento; e derrubou liminar que impedia a instalação do canteiro de obras, garantindo o início da implantação do empreendimento;
- Possibilidade de a Aneel realizar o leilão de energia proveniente de empreendimentos novos (Leilão A-5);
- Retomada, pela União, do Porto de Manaus, importante para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e para o sistema de cabotagem;
- Realização do Leilão de Concessão do Aeroporto São Gonçalo do Amarante (RN), o primeiro leilão de concessão de aeroporto no Brasil, bem como a dispensa de licitação para terminal remoto de passageiros no Aeroporto de Guarulhos (SP); e
- Continuidade do procedimento licitatório para concessão da implantação e exploração do Trem de Alta Velocidade (TAV).

No tocante à atividade consultiva, apontam-se as participações na elaboração ou análise dos Projetos de Lei: de Responsabilidade Pessoa Jurídica; de hediondez do crime de corrupção; da instituição do Regime Diferenciado de Contratações Públicas; de Acesso à Informação; da criação da Autoridade Pública Olímpica e Geral da Copa. Além disso, foram firmadas 33 conciliações no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitramento da Administração Federal, bem como a realização de 288 reuniões.





Essas conciliações resultaram na resolução de conflitos de interesses entre órgãos e entidades da administração pública federal ou entre estes e os da administração estadual e municipal.

Quanto à representação e defesa extrajudicial pela AGU de órgãos e entidades públicas federais perante o Tribunal de Contas da União (TCU), além da otimização da defesa, foram coordenadas no âmbito da referida Corte apresentações institucionais prévias para esclarecer eventuais dúvidas de políticas públicas a serem implementadas, tais como: concessão de aeroportos; esclarecimentos sobre projetos e programas relativos a direitos humanos, Rio+20, projeto piloto de conciliação prévia e em execuções fiscais de até R\$ 100 mil, entre outros. E para uma melhor efetivação da representação judicial e extrajudicial dos Poderes Legislativo e Judicial, foram instalados e estão em pleno funcionamento os Escritórios Avançados da AGU no âmbito da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), além da atuação perante o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

O plano de ação para 2012 para a área de consultoria, assessoramento jurídico e defesa judicial e extrajudicial da União está focado no:

- Incremento da representação judicial dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- Aprimoramento de ferramentas que integrem as áreas de consultoria e contencioso, permitindo a melhoria da defesa judicial e redução da judicialização;
- Aperfeiçoamento dos meios de cobrança direta e indireta de créditos da União, tais como a ampliação do uso de protesto;
- Aprimoramento de ferramentas que possam aferir os valores arrecadados ou economizados pela AGU, bem como a divulgação dos ganhos para a sociedade;
- Incremento e aprimoramento da conciliação e outros meios de redução de litigiosidade; e
- Incremento e aprimoramento da representação extrajudicial da União, inclusive perante o TCU.

